

Utilidade Pública: O processo estruturado pela 11a Bienal de Arquitetura de São Paulo como plataforma de investigação e articulação de uma constelação de ações no território

Public Utility. The process structured by the São Paulo Architecture Biennial: a platform of investigation and the articulation of a constellation of actions in the territory

Marcos L. Rosa* e Bruna F. Montuori**

1. Arquiteto e urbanista (FAU USP), Doutor em Planejamento Regional e Desenho Urbano (Technical University of Munich). Pesquisa o estudo de estratégias urbanas. Foi pesquisador na Alfred Herrhausen Gesellschaft e London School of Economics, lecionou na Technical University of Munich, Escola da Cidade, Instituto Federal Suíço. Escreveu Microplanejamento, Handmade Urbanism, From Large Scale Infrastructures to a Operational Networks e Co-desenhando a Cidade. Este artigo faz parte da pesquisa realizada no âmbito do Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, na ETSAM-UPM. Foi de-

envolvido na FAU-UCHILE com recursos do projeto “CUBOOK. 1200 gramas destinadas a contornar a ‘mãoagem’”, financiado pela área de Criação (DICREA) do Vice-Reitorado de Pesquisa e Desenvolvimento (VID) da Universidade do Chile. 2. **designer, mestra em Arquitetura e Urbanismo (FAU-USP) e doutoranda na Royal College of Art, Londres. Como pesquisadora, ela investiga as trocas entre práticas urbanas colaborativas e práticas de design realizadas em espaços coletivos e a relação entre design, antropologia, cultura e política.**

Resumo

Neste artigo apresentamos o processo de construção da 11ª edição da Bienal de Arquitetura de São Paulo, realizado entre 2016 e 2018, enfocando sua estruturação enquanto plataforma de pesquisa. Ao longo do texto apresentamos uma breve narrativa acerca do processo de construção da Bienal, da definição de seu formato – que enfatizou a ação no território – culminando em uma revisão crítica do evento na atual conjuntura do campo de atuação da arquitetura nos âmbitos social e político. Ao focar a geografia de seu próprio território, a cidade de São Paulo, apresentamos uma constelação de ações, ou, uma série de ‘lugares’ articulados pelo evento. A partir desta experiência, realizamos uma reflexão localizada, situada e articulada globalmente, apresentando os desafios, o processo e os resultados do evento, incluindo o registro do legado proposto por este formato.

Palavras-chave: Arquitetura e Urbanismo. Espaço urbano. Processos Colaborativos. Plataforma de Pesquisa. Mapeamento.

Abstract⁵

In this paper we present the construction process of the 11th edition of the São Paulo Architecture Biennial, carried out between 2016 and 2018, focusing on its structure as a research platform. Throughout the text we present a brief narrative about the process of construction of the Biennial, the definition of its format – which emphasizes the action in the territory – culminating in a critical review of the event in the current conjuncture of the field of architecture considering its social and political approach. With a focus placed in the geography of its own territory, the city of São Paulo, we present a constellation of actions, that is, a series of ‘places’ articulated by the event. Based on that experience we promoted a localized and situational reflexion, also globally articulated, introducing the challenges of its process and the outcomes of the event, including the register of the legacy proposed by that format.

Keywords: Architecture and Urban Planning. Urban Space. Collaborative Processes. Research Platform. Mapping.

Criatividade é a inteligência dos sentidos.

Joy Paul Guilford (1950)

Introdução

1. Não institucionalizado, ou, conhecimento que não é respaldado por instituições - no âmbito governamental, corporativo, acadêmico, entre outros - como apresentado pelo antropólogo colombiano Arturo Escobar. Escobar dedica seus estudos na Universidade de Carolina do Sul a práticas descolonizadas na economia, na antropologia e, mais recentemente, no design; buscando questionar os parâmetros desenvolvimentistas hegemônicos. Cf. Escobar, 2016.

2. Trata-se sobretudo desde a segunda metade do século 20. Uma das frentes que pontuam a discussão sobre a autoconstrução é proveniente de discursos derivados de instituições de desenvolvimento como o Banco Mundial e a ONU-Habitat, concretizados na década de

1970 e cujas premissas podem ser identificadas em um discurso elaborado pelo menos duas décadas antes, em autores como Frank Lloyd Wright (USA), Constantino Dioxiadis (Grécia), Yona Friedman (Hungria), Aldo van Eyck (Holanda), P&A. Smithson (Inglaterra), Charles Correa (Índia), entre outros - autores que elaboraram um entendimento da cidade a partir de duas escalas, uma rede estruturante e suportes para ação local. Cf. Osmont, 1995; Rosa, 2015.

3. Nos referimos às Viagens etnográficas - Missão de Pesquisas Folclóricas - realizadas por Mario de Andrade, de 1927 a 1929. Cf. Andrade, 1976.

4. Cf. Carvalho, 1930.

5. Cf. Magalhães, 1962.

6. Cf. Bo Bardi, 1950s.

7. Cf. Caldas, 1985.

8. Porto, 1973.

Na última década, acompanhamos a construção e disseminação de um discurso que, de maneira crescente, ganha fôlego no campo da arquitetura: trata-se das formas de coprodução urbana, fomentadas pelo desenvolvimento de práticas baseadas em parcerias e formas de colaboração que buscam a aproximação com não-arquitetos, reconhecendo saberes não institucionalizados¹, materializados em contribuições por inúmeros agentes, sugerindo novas formas de se praticar arquitetura. Como trataremos adiante, ainda que esta abordagem acerca das formas de coprodução do espaço não seja uma novidade - incluindo o que se chama de 'urbanismo insurgente' e 'ativismos urbanos' -, esta situa um fenômeno recente que respalda estas formas de desenho e transformação física e da experiência do espaço.

Neste artigo, apresentaremos a 11ª Bienal de Arquitetura, realizada de 2016 ao começo de 2018, como uma oportunidade para abordar e discutir

algumas das questões relacionadas a este contexto de transformação - do entendimento disseminado sobre formas de fazer e participar ativamente da produção do espaço urbano.

Diferente de modelos participativos e ativismos adotados no contexto internacional², e em paralelo a estes, desenvolveram-se no Brasil referencial teórico e prático próprios, amparados na observação das questões locais (Mário de Andrade, 1920s³; Lina Bo Bardi, 1950s; Sérgio Ferro, 1982; Carlos Nelson Ferreira dos Santos, 1981; Milton Santos, 1977) e no desenvolvimento de um repertório em resposta a demandas específicas impostas pela realidade brasileira, apresentados na 11ª Bienal em trabalhos como de Flávio de Carvalho⁴, Aloisio Magalhães⁵, Lina Bo Bardi⁶, José Zanine Caldas⁷, Severiano Porto⁸, entre outros.

Com base nestes referenciais históricos, sugerimos outro recorte temporal, que enfoca o momento atual; e um recorte geográfico, que situa a

produção brasileira e articula um diálogo com a produção internacional. Importa reconhecer e dar visibilidade a ações locais promovidas por não-técnicos que são fundamentais para compreender a construção do espaço urbano das cidades brasileiras. É ainda igualmente relevante para a construção do discurso arquitetônico desvelar práticas de arquitetura que lidam explicitamente com esta condição urbana, situando formas de produção do espaço essenciais à compreensão da lógica de produção e operação do espaço, tal como apresentado nos textos de abertura da exposição da 11ª Bienal:

São várias as maneiras de habitar o ambiente urbano, que atravessam a imaginação e as vivências de suas diversas populações. Usufruir das arquiteturas, em suas variadas dimensões, formas e propostas, faz parte do cotidiano daqueles que habitam as cidades, mas são poucas as oportunidades de conversar sobre sua adequação às necessidades de seus moradores e transeuntes, assim como espaços para questionar as estruturas existentes e propor novas configurações, derivadas de desejos e intenções de suas comunidades.

A 11ª Bienal de Arquitetura, intitulada *Em Projeto*, propõe uma discussão pública a respeito dos caminhos da arquitetura e do urbanismo nas metrópoles contemporâneas, se delineando como uma plataforma para projetos coleti-

vos de cidade. O ato de projetar, fundamental às práticas dos profissionais encarregados de propor espaços públicos e privados, é colocado em questão e, acima de tudo, apresentado como possível ação colaborativa. Essa reunião de saberes coletados em diversos pontos geográficos de São Paulo, onde acontecerão as atividades dessa edição da Bienal, formará um corpo de propostas vinculadas à qualificação, edição, aos usos, ocupações e possíveis transformações da cidade.⁹

Isto posto, neste artigo apresentaremos o processo de construção da 11ª edição da Bienal de Arquitetura de São Paulo, enfocando sua estruturação enquanto plataforma de pesquisa com interesse na investigação dos pontos colocados acima. Ao longo do texto apresentaremos uma breve narrativa acerca do processo de construção da Bienal, da definição de seu formato, que enfatiza a ação no território, culminando em uma revisão crítica do evento na atual conjuntura do campo de atuação da arquitetura nos âmbitos social e político. É relevante mencionar que o foco da Bienal de Arquitetura foi colocado na geografia de seu próprio território, a cidade de São Paulo, sua Região Metropolitana, como o ‘lugar’ a partir do qual se promove uma reflexão localizada, situativa, e articulada globalmente¹⁰.

Por meio de seu Observatório, um grande arquivo em processo – originado no estúdio da 11ª Bienal e complementado com quatro chamadas abertas

9. SESC São Paulo, texto de abertura da exposição “Imagário da Cidade”, apresentada no Sesc Parque Dom Pedro II de Outubro de 2017 a Fevereiro de 2018.

10. Adiante aprofundaremos uma discussão sobre redes e lugares, fundamental para a compreensão desta proposta a partir de referenciais teóricos como Milton Santos, Gabriel Dupuy, Bruno Latour, entre outros.

–, construímos um inventário de formas de representar, mapear, qualificar, edificar, editar, usar, colaborar e ocupar a cidade. O Observatório¹¹ serviu como base para a estruturação dos conteúdos do evento, posteriormente apresentados no formato discussões, encontros, dezenas de ações propostas por toda a cidade e exposições-arquivo – incluindo registros videográficos, ampliações fotográficas, mapotecas, coleções, e uma biblioteca.

O trabalho partiu de uma investigação, na qual identificamos uma condição latente que permeia os trabalhos compilados: uma aparente vontade por participação nos processos de decisão e de construção do espaço urbano. Tal condição foi revelada em práticas encontradas entre os anos de 2016 e 2017, com foco na produção da última década em São Paulo, no Brasil e no Mundo. Desta forma, os trabalhos selecionados reconhecem formas de coprodução da cidade em vozes de distintos agentes, incluindo arquitetos e não-arquitetos¹², em uma série de trabalhos que desafiam os tradicionais limites colocados à arquitetura, valorizando formas de produção urbana que incluem práticas de urbanismos insurgentes e ativismos urbanos. Como tal, a compilação apresentada pela 11ª Bienal lança luz sobre outras possibilidades de colaboração, apontando conteúdos relevantes a uma reflexão sobre outras possibilidades de ação da arquitetura, com base em questões relacionadas à participação e democratização do acesso ao design como ferramenta de transformação da escala local.

Embora os discursos da arquitetura e a própria Bienal de Arquitetura no Brasil tenham abordado, historicamente, a aproximação da arquitetura formal do conhecimento popular, sobretudo a partir da perspectiva de arquitetos¹³, sugerimos aqui um olhar complementar, que reconhece tanto a prática de arquitetura, quanto a prática realizada por não arquitetos¹⁴. Buscamos entender formas de colaboração e disseminação do conhecimento em ambos os sentidos, ou seja, não predominantemente a partir de um reconhecimento e transformação por parte de arquitetos sobre a cultura popular – usada como referência e desenvolvida em arquiteturas e construções elitizadas –, mas incluindo formas de apropriação da high culture por cidadãos (não arquitetos).

Verificada a escassez de recursos disponibilizados por meio de editais e políticas públicas para a realização de ações no espaço público – conforme apontado por cidadãos que já vinham trabalhando nesta frente¹⁵ – procuramos investir recursos materiais, financeiros, imateriais e ambientais em ações com relevância para a cidade, com o objetivo de deixar um legado a partir de produtos desenvolvidos no evento. A construção de uma rede e de um legado concreto foram resultantes da articulação de atores e as correntes formas de transformar e melhorar as condições de vida no espaço construído.

Esta atitude proposta pela Bienal, enquanto um evento articulador e propositivo na cidade, partiu

11. A ideia de instalar um Observatório como plataforma de pesquisa parte de nosso interesse em desenvolver um olhar e escuta a partir de muitas práticas levantadas, com o interesse de situar práticas locais a fim de apresentar alternativas ao discurso dominante. Em seu artigo 'Uma Epistemologia para a Próxima Revolução', a filósofa panamenha Linda Alcoff (2011) argumenta "pela necessidade de um debate propositivo e reconstrutivo sobre a verdade, bem como de uma discussão reconstrutiva sobre como e por quem o conhecimento é produzido." (p. 67) Cf. ROSA, MONTUORI, BAROSSO, BARATTO, 2018.

12. Cf. RUDOFISKY, 1964; BARDI, 1995; SANTOS, 2003; JACQUES, 2005; CAMPOS et al., 2005; JANSON; WOLFRUM, 2006;

13. SENNETT, 2009; ROSA, 2012; 2015; FAUS, 2012. uma discussão amparada na leitura do "regionalismo crítico". Cf. Montaner, 2007; Frampton, 1983.

14. O pesquisador Fernando Lara (2018, tradução nossa), nos apresenta o reconhecimento da produção da arquitetura a partir da noção de High Culture – que ampara-se no "conjunto de produtos culturais que são muito valorizados pela sociedade"– e Low Culture – nas "formas de cultura popular que têm apelo de massa".

15. Em nossas conversas com coletivos, realizadas em Julho de 2018, fomos informados por alguns deles sobre a escassez de recursos disponíveis para a realização de suas atividades, uma condição que se acentuou nos últimos anos.

de um debate explorado pelo filósofo da ciência Bruno Latour (2008). O autor (2008) aborda a dualidade entre as ‘questões de fato’ e as ‘questões de interesse’ – traduzidas do inglês: *matters of fact* e *matters of concern*. Em seu texto ‘O Prometeu Cauteloso’, Latour (2008) se direciona a arquitetos e designers com o intuito de provocá-los sobre uma mudança de foco nas práticas profissionais, que são frequentemente interessadas apenas no resultado do ambiente construído e nos objetos prontos ao invés das demandas diárias, as preocupações e as necessidades dos cidadãos. Embora tenhamos abraçado tal aspecto, mostraremos como ainda não é possível trabalhar apenas com ‘questões de interesse’ sem contemplarmos também as ‘questões de fato’, especialmente porque a natureza do evento, enquanto uma exposição, tradicionalmente se apresenta como ‘espetáculo’¹⁶.

Com a intenção em reduzir distâncias entre espetáculo e realidade, consideramos relevante mencionar que, durante a produção dos textos que apresentaram a 11ª Bienal, evitamos o uso de linguagem acadêmica, incluindo notas de rodapé e referências no texto. Esta escolha foi guiada pelo objetivo de formular leituras acessíveis e confortáveis a um público geralmente distanciado das discussões da arquitetura, demasiado encerradas em seus circuitos de discussão, buscando levar as questões propostas a um público ampliado. Desta forma, este artigo nos dá a oportunidade de situar discursos e embasar a

proposta apoiada em referências dos estudos urbanos, arquitetura, antropologia, sociologia, geografia entre outras disciplinas e saberes, dentro de um formato acadêmico, revelando encontros discursivos que permearam nosso trabalho e que formam a trama sobre a qual se estruturou esta Bienal. A partir destas premissas, trazemos uma breve narrativa do processo de realização da Bienal, com o intuito de situar o leitor no período de dois anos de desenvolvimento do evento.

Narrativa

A 11ª Bienal de Arquitetura de São Paulo teve seu início em 2016 no Instituto de Arquitetos do Brasil, departamento de São Paulo. A convite do então diretor do IABsp, começamos com uma equipe pequena de apenas três pessoas. O trabalho foi iniciado com uma investigação acerca de discussões sobre a cidade, verificadas em notícias, eventos, atividades, leituras de projetos e discursos que nos pareciam latentes naquele momento. Com o desafio de pensar a Bienal como uma plataforma de reflexão viva e contínua, nos dois anos que configuram o intervalo do evento, inauguramos o Estúdio da Bienal, iniciando nossas atividades por meio da observação e visando a construção de um projeto que facilitasse o desenvolvimento de ações pela cidade. Este processo inaugurou aquilo que chamamos de nuvem temática, realizada no primeiro semestre de 2016. A nuvem se tangibilizava em um arquivo estruturado em um formato simples de fichas que

16. A noção de espetáculo à qual nos referimos aqui o define como um objeto de contemplação, distanciado das possibilidades da experiência e vivência urbana. Cf. Jacques, 2004.

traziam uma breve descrição do objeto mapeado, sua localização e ano. Tratava-se do Observatório da Bienal, um inventário operacionalizado ao longo dos dois anos do evento, alimentado continuamente com práticas desenvolvidas na última década em São Paulo, no Brasil e no mundo¹⁷.

De início, buscamos indicar linhas temáticas com base na leitura desta ‘nuvem’ e que, posteriormente, orientariam o posicionamento adotado na 11ª edição do evento. Optamos por não definir e delimitar temas rígidos e segregadores, organizando os materiais reunidos em uma compilação que, embora não possuísse uma categorização temática formal – a exemplo de eixos de leituras tradicionais da cidade como habitação, transportes, infraestrutura urbana –, nos permitia enfatizar o aspecto processual desenvolvido em práticas e projetos na cidade, possibilitando construir um discurso inclusivo sobre a arquitetura, entendida de maneira ampla a partir de diversas formas de coprodução do espaço e de sua experiência urbana.

Com base nesta investigação inicial, nossa leitura identificava um cenário promovido por formas de coprodução urbana, fundamentado em um forte engajamento de diversos agentes na transformação do espaço urbano, o que ocorria por meio da ampliação ao acesso do que chamamos de ferramentas. As primeiras evidências do emprego de tais ferramentas foram aferidas em inúmeros guias, cartilhas e manuais compartilhados

virtualmente para ação na cidade, encontros que promoviam debates e discussões sobre o espaço urbano, mapeamentos, registros fotográficos e diferentes formas de produção gráfica que tinham como objeto de intervenção a cidade.

É relevante pontuar que, em nossa investigação, enfocamos as ações localizadas, responsáveis pela criação ou transformação de situações urbanas específicas e distribuídas pela cidade. Amparamos esta leitura por meio do entendimento do teórico Michel de Certeau acerca do termo “tático” – enquanto uma forma de ação localizada, com um objetivo imediato, projetado no presente e buscando soluções pontuais – com vistas a subverter as lógicas de controle e prescrição que caracterizam a forma predominante de se operar no espaço urbano, qualidade conferida aos espaços por práticas tradicionais do planejamento urbano.

Com foco na cidade de São Paulo, o processo de compilação de práticas desenvolvido no Observatório foi acompanhado por inúmeros encontros, conversas e reuniões com agentes locais, possíveis parceiros, patrocinadores e apoiadores. Costurava-se a base para se estruturar um evento que não priorizasse apenas seu caráter expositivo, mas que propunha desenvolver a Bienal de Arquitetura como plataforma de discussão, com a ambição de contribuir diretamente na construção de um legado postulado na cidade. Conforme detalharemos depois, este legado se

17. Já em 2008 e 2009, Marcos L. Rosa, diretor de conteúdo da 11ª Bienal, atuou em um mapeamento com iniciativas comunitárias (Rosa, 2011) que dava visibilidade a uma rede de atores que já vinham desenvolvendo atividades relacionadas à coprodução urbana. De 2008 a 2013, a mesma plataforma de mapeamento foi expandida a outras cidades do mundo, incluindo Cidade do México, Istambul, Cidade do Cabo, Nova Délhi e Rio de Janeiro. Esta e outras experiências foram relevantes na construção da nuvem da proposta para a 11ª Bienal em 2016.

concretizaria tanto pelo desenvolvimento da pesquisa no Observatório, como por meio de desdobramentos daquela pesquisa, materializados em micro ações distribuídas no território que, não apenas promoveriam articulação entre grupos, mas reconheceriam, dariam visibilidade e facilitaríamos (dentro plataforma da Bienal) ações de transformação direta do espaço urbano e de sua experiência. Assim, propunha-se a construção de um discurso amparado em práticas existentes que buscou reconhecer e trazer a público narrativas dos próprios agentes da transformação do espaço, no contexto da arquitetura e urbanismo.

Construção da geografia expandida do evento

O mapeamento de práticas pontuais compiladas no Observatório desvelava não apenas a possibilidade de realização de ações na cidade, mas um mapa que pontuava a já existência de uma constelação de práticas urbanas, ações e atividades distribuídas de forma ubíqua por todo o território metropolitano de São Paulo. A atuação por toda a cidade podia ser visualizada no mapa, apresentando uma rede distribuída e que se potencializava na proposta de articulação de agentes urbanos responsáveis pela coprodução da cidade e da experiência urbana¹⁸.

A construção de um raciocínio sobre a geografia destas práticas, embora fosse uma vontade inicial, sugeriu caminhos para o desenvolvimento da própria Bienal na cidade. Descentralizada

e distribuída, a 11ª Bienal se fez possível pela estruturação de uma rede de parceiros culturais que inclui promotores de cultura na cidade assim como os agentes de produção cultural que atuam no espaço urbano. Evidenciava-se uma potência advinda de iniciativas locais, no que toca sua capacidade de transformação e edição do espaço coletivo na cidade, alinhada com um questionamento de valores públicos na vivência urbana.

A nove meses das datas previstas para realização oficial do evento, incluindo seu componente expositivo, a incerteza sobre a possibilidade de sua realização conforme proposto inicialmente colocava o desafio sobre manter o formato proposto, que demandava um evento realizado ao longo de muitos meses, organizado de forma orgânica por toda a cidade, ou compactá-lo em um formato com ênfase em exposições, limitado geograficamente e em um período menor de tempo.

O processo desenhado previa lançar quatro chamadas abertas¹⁹, a partir das quais selecionaríamos ações a serem realizadas por toda a cidade, além de material expositivo para as mostras propostas. Adiamos o lançamento público das chamadas abertas por muitos meses por conta da incerteza da realização do evento, até que se confirmasse a viabilidade de realização da Bienal em um processo expandido, conforme proposto inicialmente. Por meio das chamadas abertas, – apesar do foco colocado no campo da arquitetura em duas de suas chamadas – convocamos

18. Em 2013, realizamos uma pesquisa no Rio de Janeiro sobre iniciativas comunitárias que tinham o objetivo de transformar os espaços da metrópole e qualificar a vida cotidiana, buscando resiliência. Neste ano, esta pesquisa foi realizada como a plataforma de pesquisa estruturada para o prêmio Deutsche Bank Urban Age Award. Embora se trate da mesma investigação realizada cinco anos antes em São Paulo, no Rio de Janeiro notou-se a existência de grupos mais mobilizados politicamente – com um posicionamento determinado e confiante sobre a relevância de seus métodos e práticas

na transformação da qualidade de vida urbana, oferecendo alternativas viáveis e testadas a práticas tradicionalmente implementadas em nossas cidades –, melhor estruturados financeiramente e melhor articulados entre si, sobretudo por conta do desenvolvimento e acesso à mídias sociais.

19. Em meados de julho de 2017, eram lançadas quatro chamadas abertas internacionais: 'Imaginário da Cidade', 'Utilidade Pública', 'Escolas de Arquitetura' e 'Arquitetura Urbana'. Estas abriam a oportunidade do público participar nos formatos de ação ou material expositivo.

todo e qualquer cidadão a participar com o compartilhamento de saberes diversos aplicados na construção da cidade²⁰.

Em paralelo ao lançamento das primeiras chamadas para participação, organizamos conversas em diferentes pontos do território – Sesc Campo Limpo, na Zona Sul; Okupação Cultural Coragem, na Zona Leste; e Casa de Cultura da Vila Guilherme, na Zona Norte; Sesc Parque D. Pedro II, na região central – com o intuito de escutar o que pessoas, ativistas, artistas e construtores vinham desenvolvendo e entender suas práticas cotidianas.

O objetivo destas conversas – que convocou agentes identificados desde o Observatório – foi aproximar-se de práticas realizadas para além do centro expandido da cidade, de fundamental importância para entender a construção social do espaço urbano dentro da proposta colocada²¹. Buscou-se um diálogo pouco comum da arquitetura com não-arquitetos, relevante para iluminar outros meios de atuação possíveis da arquitetura frente a demandas reais.

Falar sobre a atuação periférica – como a denominam coletivos da borda geográfica – compreende reconhecer outros centros²². O entendimento de que os muitos centros são determinados em relação às experiências individuais que orbitam – inclusive encontrando soluções propositivas a problemas locais com base nas oportunidades

encontradas e recursos disponíveis – questiona o entendimento baseado na dicotomia centro-periferia, uma questão colocada mais de uma vez pelos próprios agentes em nossas conversas, perfeitamente ilustrada na fala “Meu centro é aqui, onde vivo e onde estou.”²³ Historicamente descrita pela literatura hegemônica de forma homogeneizada, visão cujo questionamento recentemente ganhou visibilidade²⁴ a partir de representações periféricas e movimentos ativistas, a periferia não é um espaço único, senão uma série de construções realizadas com base em expressões e identidades sócio-culturais plurais.

Neste processo buscamos entender o que faziam, que práticas desenvolviam inúmeros agentes a fim de aproximar o discurso da arquitetura de práticas desenvolvidas por não-arquitetos e reconhecer formas de ação projetual desenvolvidas por arquitetos com o objetivo de responder a demandas latentes, com frequência não solucionadas pelas abordagens mais tradicionais e predominantes – as mesmas ‘questões de interesse’ (‘matters of concern’) situadas por meio da leitura de Latour (2008) anteriormente.

Formato

A partir destas premissas, o projeto curatorial – intitulado “Em Projeto” – propõe discutir o lugar da arquitetura e o lugar da Bienal de Arquitetura. Assim, propusemos a Bienal como espaço para trocas complementares que dá lugar de fala a di-

20. Nos deparamos com um cenário de luta por parte das iniciativas localizadas para trazer a sua voz, sua identidade, apresentar suas formas de fazer como alternativas ao status quo, em resposta a um ‘desmonte’ de estruturas de amparo e apoio a estas iniciativas locais, que, há de se notar, sempre foi escasso.

21. Vale aqui enfatizar que, ao propor outro formato ao evento, a 11ª Bienal tirou o foco das exposições e deu visibilidade e voz a dezenas de práticas consolidadas, apresentadas em seus próprios contextos.

22. Ainda que muitos dos grupos proponentes que participaram das atividades da Bienal se auto-intitulam “periféricos”, na discussão do urbanismo feito pela academia, a noção de ‘periferia’, e seu entendimento binário são questionados por VILLAÇA (1998), MARICATO (1996), MEHROTRA (2008). Ainda sobre a relação centro

periferia, recomendamos a leitura da edição 32 da revista Volume: Centers Adrift, publicada em 2012.

23. Fala colocada por um participante na primeira conversa que realizamos sobre as chamadas abertas da Bienal no Sesc Campo Limpo em agosto de 2017.

24. Embora recentemente tenhamos testemunhado um aumento exponencial de visibilidade sobre práticas realizadas fora dos centros das cidades, apresentadas por seus próprios agentes, é importante notar que estas manifestações já estavam presentes e eram estudadas por investigadores do campo da arquitetura e estudos urbanos mais de meio século atrás. Carlos Nelson dos Santos atuou em projetos de urbanização de favelas de forma colaborativa, na qual moradores participavam ativamente da construção de suas moradias e transformação do espaço público. Cf. Nelson, 1981.

ferentes atores igualmente relevantes na produção social do espaço²⁵, distribuídos por toda a cidade, a partir de projetos apresentados pelos proponentes.

Tais projetos, ou ações articuladas com a exposição, aconteceram em uma rede de espaços oficiais, que recebeu uma programação fixa; em espaços parceiros, que receberam programações pontuais; e em módulos Satélites, projetados para articular e dar visibilidade às ações da Bienal, atomizadas pela cidade, garantindo suporte para interação, convívio e diálogo.

Buscamos por um formato capaz de dar legibilidade a processos que já ocorrem na cidade, apresentados in loco e que demandam um formato distinto daquele de uma única exposição. Este formato foi apresentado como um processo de pesquisa e troca, fomentado por uma programação contínua de ações por toda a cidade e orquestrado para permitir a experiência efetiva de meios de produção do espaço. Com este objetivo, a 11ª Bienal se constituiu como uma constelação de situações articuladas que privilegiaram a vivência, promovida por suas atividades, oferecendo ao público a efetiva experiência e contato com uma série de atos transformadores na cidade, evitando a espetacularização ou fetichização de situações – conforme explanado por Paola Berestein Jacques (2004) – e apresentando-as ‘como encontradas’ (do inglês, *As found*, conceito definido em 1991 por Peter and Allison Smi-

thson²⁶) –, ou ainda, “no campo da realidade”, como descreve Alcoff (2011). Como são práticas naturais do território e não práticas comissionadas pela Bienal, esta constelação segue em um processo contínuo e não-terminado de troca²⁷ de conhecimento e experiências na cidade.

O desenho da presença da Bienal de Arquitetura no território levou em consideração as premissas desenhadas para o evento e apresentadas anteriormente. A 11ª Bienal se estruturou por meio da articulação de uma série de ações organizadas em seu território, sua documentação e articulação em um projeto comum, acompanhadas por uma exposição.

Os Satélites da Bienal são módulos sobre rodas que itineraram por quatro unidades do Sesc. São pequenos módulos de 3 x 2 metros, que permitiram que a Bienal viajasse pela cidade, funcionando como amparo para algumas atividades e como motores de interação, convívio e diálogo. Os satélites articulam e dão visibilidade às ações da Bienal atomizadas pela cidade, incluindo os entornos dos Sesc. Cada módulo expôs trabalhos selecionados pela Bienal, organizou a documentação das atividades propostas no entorno do Sesc e compartilhou informações que ocorreram em outros espaços da Bienal.

Enquanto estruturas-satélite que circulam pela cidade, ambicionam chegar a outros territórios, enfatizar diversos discursos e vozes e ampliar o

25. Pelo menos desde a década de 1970, a Geografia situa a oposição entre a rede e o indivíduo, argumentando por formas mais horizontais de organização baseada em rede e sugerindo a transformação da forma como a organização social é realizada. (CASTELLS, 1990) A noção de indivíduo apresentada por esta leitura compartilha responsabilidade e assume papéis propositivos na criação de uma paisagem cultural baseada na presunção de que o espaço é em si, uma construção social. (SANTOS; 1977). Nos anos 1990, o mesmo campo de estudos enfoca o conteúdo urbano das redes, discutindo instrumentos de planejamento para a cidade-rede (DUPUY; 1987). Esta perspectiva se compromete com a análise da questão operacional

das redes. In: ROSA; 2015, p. 287. Antecede esta discussão, a abordagem propositiva de uma geração de arquitetos comprometidas com a operação do indivíduo (na escala local) orquestrada dentro de uma visão da cidade-rede. Cf. WIGLEY, 2000. 26. SMITHSON, P and A. The ‘As Found’ and the ‘found’, in: ROBBINS, D. (ed.). *The Independent Group: Postwar Britain and the Aesthetics of Plenty*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1990. Pp. 201-202. 27. Cf. GATT; INGOLD, 2013. Os autores argumentam por prática de pesquisa que gera correspondência, de maneira que a ação continue “viva” mesmo com o término do processo do qual ela passa a fazer parte, neste caso, a rede articulada de atividades à qual se deu visibilidade no âmbito da Bienal.

acesso aos conteúdos produzidos pelo evento. Este raciocínio de ubiquidade da exposição e, por consequência, das informações e articulações geradas pelo evento, percorre todo o discurso da 11a Bienal de Arquitetura que acredita na democratização dos saberes.

Além dos Satélites, foram definidas quatro exposições que apresentavam – em formatos diversos de arquivo – o processo da Bienal, alinhado às suas chamadas, e seu legado para a cidade. Estas foram: ‘Imaginário da Cidade’, no Sesc Parque Dom Pedro II; ‘Utilidade Pública’, na Vila Itororó Canteiro Aberto; ‘Biblioteca da Bienal’, na Biblioteca Mário de Andrade; além de ‘Devires do Brasil’ e ‘Observatório da Bienal’, na Praça das Artes. Ao longo do próximo tópico detalharemos o formato de cada parte que compõe a estrutura maior da Bienal.

Caracterização da proposta

‘Em projeto’ insinua um olhar atento sobre os processos de pesquisa, elaboração e construção das cidades. Refere-se ao espaço urbano como uma construção em andamento e em constante transformação. Optando por não eleger temas predefinidos, iniciamos o percurso desta edição com a construção de uma plataforma de pesquisa e mapeamento, a qual chamamos de Observatório da Bienal, em que foram documentadas formas de coprodução do espaço urbano e as ferramentas utilizadas nessa realização. Identificamos no

território ações responsáveis por transformar a experiência urbana, que pautaram o desenvolvimento da pesquisa da Bienal em seus dois eixos: Imaginário da Cidade e Utilidade Pública.

Imaginário da Cidade

O Imaginário da Cidade se estruturou a partir da observação de experiências do cotidiano, percepções espaciais e situações urbanas que dão outros sentidos ao espaço urbano, questionando como engajar os cidadãos em um processo de construção de um imaginário urbano, necessariamente inclusivo e colaborativo.

Com o objetivo de refletir sobre estas questões e dar visibilidade a percepções espaciais, ações pontuais, experiências, situações e imaginários urbanos produzidos cotidianamente por diferentes agentes na cidade de São Paulo, realizamos um chamamento para envolver e dar voz àqueles que reconhecem realidades urbanas de seu entorno e compor, com estes, registros de formatos distintos, prestigiando e potencializando espaços da cidade – ou como foi registrado no texto curatorial da exposição Imaginário da Cidade (Rosa, 2018):

O imaginário pode se referir a algo que não é real, àquilo que é fictício ou criado pela imaginação. O imaginário urbano, no entanto, mais do que algo que somente poderia existir na imaginação, para além de qualquer coleção de imagens, refere-se ao conjunto de registros de

momentos, de conteúdos vividos. Como tais, nos oferecem outros olhares, transformam percepções, revelam experiências urbanas, formas de vivenciar a mesma cidade e inspiram reflexões acerca da vida na cidade e na coletividade. O imaginário urbano materializa-se a partir da reunião de uma constelação de ações, pois entende-se que o espaço só se torna um 'lugar' [AUGÈ 1992] a partir de seu componente performativo: são a vivência e a experiência de um espaço que constroem a percepção dele. [ALBAN, WOLFRUM 2006²⁸

Trata-se de olhares não-técnicos sobre a cidade que podem se materializar em registros de percursos, práticas de escuta, observação, colaboração, denúncia, produção de cartografias sociais, ações experimentais, corpografias, fotografias, vídeos, entre outros. Uma vez relacionadas, estas obras desvelam diferentes perspectivas sobre o território projetado, em diversas formas de leitura e expressão.

Utilidade Pública

Ao interesse pelo imaginário da cidade, que nos apresentou formas de coprodução urbana com frequência desenvolvidas por não-arquitetos, somou-se o questionamento sobre a utilidade pública da arquitetura. Encontramos na prática contemporânea do projeto, arquiteturas que visam a transformação, a adequação e a qualificação do espaço urbano aos usos do cotidiano,

junto a inúmeros outros agentes envolvidos na coprodução da cidade. Na articulação com outras disciplinas, saberes e experiências em alinhamento, ampliam-se as oportunidades para a ação do arquiteto, particularmente em resposta às demandas urgentes.

A partir destes dois eixos temáticos, enfocamos a discussão sobre formas de editar e transformar a cidade, por meio da realização do projeto em suas inúmeras frentes de ação e considerando diferentes formas de colaboração:

Busca-se lidar explicitamente com um arcabouço de instrumentos e ferramentas relacionados à escuta, observação, experiência, edição, uso, ocupação e desenho urbano, entre tantos outros. Resultam práticas em formato de construção-teste, prototipagem, processos participativos, manual, manifesto, entre outros, cujo conteúdo com frequência é apresentado de formas que facilitam o compartilhamento, ou ainda, cujo conteúdo propõe repensar modos de ação que possam, eventualmente, informar novos instrumentos urbanos de regulação e desenho, rascunhos de lei, ferramentas e modelos de observação, cartografia e mapeamento, modelos experimentais ou alternativos de gestão, entre outros.²⁹

Compreendemos a importância em reposicionar o lugar de fala e ação do arquiteto frente à coletividade e fomentar a tomada de consciência

28. Cf. Catálogo da 11a Bienal de Arquitetura de São Paulo in Rosa 2018.

29. Cf. Catálogo da 11a Bienal de Arquitetura de São Paulo in Rosa 2018.

coletiva a partir da ação; valorizar as referências locais da arquitetura, das artes e da cultura histórica e popular do país; fomentar uma prática de projeto que aproxime o desenho ao lugar que ele propõe; dar visibilidade à atuação de grupos que lidam com questões relacionadas aos direitos humanos e sua relação com o espaço urbano; defender a valorização equânime dos diferentes saberes. Adicionalmente, nos pareceu fundamental democratizar o acesso ao conhecimento de arquitetura e ampliar as formas de atuação do arquiteto a partir da colaboração com outras disciplinas e saberes.

O Observatório da Bienal

O Observatório da 11ª Bienal foi desenvolvido como um grande arquivo em processo, que se originou no Estúdio da Bienal e cujo objetivo foi mapear, articular, evidenciar e democratizar formas de ação, construção e registro da cidade, refletindo sobre a utilidade pública da prática da arquitetura.

O conteúdo investigado foi sistematizado em um arquivo – formatado em fichas-tipo –, propondo a compilação e organização de temas presentes em discussões urbanas latentes reconhecidas em São Paulo, no Brasil e no mundo. Foram reunidas ferramentas de reconhecimento, leitura e escuta, mas também suportes que ambicionam a realização e a transformação espacial, como parâmetros legais e políticas públicas que podem

amparar pequenas iniciativas, aparatos que facilitam a organização coletiva, formas alternativas de financiamento, manuais e roteiros, plataformas abertas, fabricações digitais, e outros meios de editar e intervir diretamente na cidade.

A partir destes conteúdos, o Observatório resulta numa espécie de glossário, compartilhado com o público de maneira aberta e gratuita como um dos legados deixados pela 11ª Bienal, ao contribuir com a produção contemporânea, sua articulação e pertencimento social e cultural, coletivizando o acesso e o debate sobre a construção da cidade e seu contínuo processo de transformação, como situado no texto da Equipe da Bienal³⁰ (2017) apresentando a exposição:

O trabalho realizado no Observatório nos mostrou que a busca pela participação cidadã nas decisões e ações diretas na cidade tem ganhado maior visibilidade e presença, especialmente com as redes sociais e, junto a estas, o compartilhamento de diversos imaginários urbanos. Estes, por sua vez, apontaram para uma construção mais inclusiva, desvelando um arcabouço de práticas e abordagens diversas e complementares aos projetos e planos urbanos tradicionais.

O Observatório reconhece ações pontuais que estrategicamente apontam para possibilidades de transformação efetiva da metrópole contemporânea. Uma vez compartilhadas com

30. Equipe 11ª Bienal de Arquitetura de São Paulo, 14 Dez 2017.

o público, elucidam outros caminhos para a prática da arquitetura, mirando a propagação desse conhecimento. Por esta trajetória o Observatório se estrutura como legado da Bienal ao contribuir com a produção contemporânea, sua articulação e pertencimento social e cultural, coletivizando o acesso e o debate sobre a construção da cidade e seu contínuo processo de transformação.

Grande Caminhada Urbana por São Paulo

A 11a Bienal apresentou uma grande caminhada pela borda geográfica da cidade que marcou sua abertura oficial, assim como simbolizou a expansão geográfica do evento. A iniciativa propõe incorporar uma série de práticas realizadas por grupos em toda a cidade, que discutem uma multiplicidade de formas de fazer, editar e transformar o espaço e a experiência urbana, num esforço de dar voz a grupos historicamente excluídos, sobretudo no que toca suas experiências na coprodução urbana, pouco reconhecidas apesar de seu protagonismo e importância na construção da paisagem urbana. Ambicionou facilitar encontros com arquiteturas, com agentes locais e com lugares. Segundo Kohler, “a caminhada oferece uma experiência de costura e articulação de agentes e práticas diversos no território. Enquanto prática política, a caminhada desvela a multiplicidade e potência da produção sociocultural ligadas ao território percorrido” (Baratto, 14 Set 2017)

O arquiteto alemão Martin Kohler e o produtor cultural Tiago Kinzári percorreram junto a agentes locais e ao público geral, um trajeto de 120 km pela cidade, durante 7 dias. O percurso foi norteador por pontos pré-definidos (unidades do Sesc e iniciativas comunitárias), nos quais ocorreram atividades de debate e reflexão em torno ao tema da produção cultural e formas de construção coletiva da cidade. O percurso da caminhada previu o itinerário do Satélite da Bienal – mostra itinerante e incubadora de atividades –, que percorreu unidades do Sesc, articulado a um programa de ações em espaços por toda a cidade.

A caminhada produziu conteúdos gráficos e videográficos apresentados nos Satélites durante o evento. Produzido por Martin Kohler junto ao Núcleo Editorial, o ensaio fotográfico “Arquitetura Paulista” resulta do trajeto realizado a pé por São Paulo e alude à Escola Paulista, como ficou conhecida internacionalmente a produção arquitetônica de um grupo de arquitetos de São Paulo. O ensaio provoca reflexão sobre outros imaginários das arquiteturas encontradas em São Paulo:

Trata-se de arquiteturas de naturezas distintas: as autoconstruídas, edifícios com intervenções sobrepostas, apropriações dos edifícios por manifestações artísticas e de protesto, além de arquiteturas de morfologias diversas, por toda a cidade. O ensaio apresenta arquiteturas produzidas em um território construído, em sua totalidade, com pouca participação de arquitetos,

desvelando processos de coprodução urbana latentes na metrópole paulistana.³¹

A 11ª Bienal: uma constelação de ações

A Bienal acolheu mais de 80 atividades, das quais 53 ações realizadas na cidade de São Paulo por proponentes diversos, de setembro de 2017 a fevereiro de 2018. Cada uma destas ações espacializam na escala local questões sobre formas de coprodução urbana, enfocando a construção do “lugar”³². Em muitos destes momentos, as ações consistiram em uma oportunidade de troca entre o arquiteto e outros agentes espaciais, tal como descrevemos no artigo publicado para a revista online Archdaily³³:

As mais de 50 ações locais participantes desta Bienal apontam para possibilidades de se valorizar e aprender com outros saberes, com outras disciplinas, presentes e aplicados cotidianamente na construção das cidades. Um ponto comum e importante que valorizamos é o lugar de fala daqueles que são responsáveis por iniciativas diversas na construção das cidades, assim como agentes envolvidos na produção cultural, responsável pela transformação nos usos e experiência urbana. Em muitos casos, o arquiteto não é o protagonista da ação, nem aquele que apresenta soluções prontas de antemão. Trata-se de um olhar cuidadoso que valoriza a leitura, a escuta, o mapeamento, as narrativas, assim

como formas de ação mais propositivas que envolvem a construção efetiva. Vale ainda ressaltar que, neste último caso, trata-se de níveis de colaboração e participação distintos (quanto a sua intensidade e formato) que abrem para pensarmos muitas possibilidades de atuação do arquiteto junto ao coletivo, de maneira prática e objetiva, a partir de práticas concretas e não de um projeto utópico.

Resulta de seu processo de construção, a cartografia da 11ª Bienal: um produto transversal a todos os outros formatados pelo evento, incluindo a geolocalização de práticas realizada, a experiência da multiplicidade desvelada pela Grande Caminhada por São Paulo, os resultados dos chamamentos abertos, a experiência facilitada pelos Satélites, dezenas de ações e as exposições-arquivo, além de exposições em espaços parceiros.

Esta cartografia possibilita a articulação e visibilidade da rede de atores no território da Região Metropolitana de São Paulo e apresenta a geografia da 11ª Bienal. As ações se somam em uma ‘constelação de situações’, momentos de cocriação urbana articulados em rede, por toda a cidade.

Para além de um evento efêmero, articular uma discussão a partir desta plataforma nos levou a sistematizar o conhecimento editado no Observatório em suportes capazes de ensaiar o resultado deste processo como um legado em dois formatos: um arquivo – inventário de formas con-

31. Cf. Catálogo da 11ª Bienal de Arquitetura de São Paulo, in Rosa 2018.

32. Cf. Augé, 1992.

33. Equipe ArchDaily Brasil, Rosa, 2018.

temporâneas de atuação da arquitetura –, e uma rede articulada de ações que, a partir da Bienal, promove resultados materiais e imateriais no espaço e em seu território.

Legado

O raciocínio por trás da proposta da 11ª Bienal ambicionou garantir que os recursos utilizados não se restringissem a uma exposição, mas tivessem utilidade pública, cumprindo também uma função social. Para tanto, o Estúdio da Bienal trabalhou para que o conteúdo produzido fosse sistematizado e publicado em formato aberto e gratuito. Além disso, definimos que os recursos disponíveis para a realização de ações durante o evento seriam concedidos prioritariamente a grupos situados à margem dos recursos e das instâncias decisórias, com frequência localizados fora das áreas centrais da cidade, onde observamos esta demanda. Com isso, pretendeu-se ainda valorizar a participação de atores que tradicionalmente não são reconhecidos como co-produtores da cidade, convidando-os a contribuir ao debate sobre a experiência do espaço urbano.

O Legado da 11ª Bienal fundamenta ainda nosso questionamento sobre o próprio lugar de uma bienal de arquitetura: reconhecemos a vocação histórica deste evento em São Paulo como um espaço para falar dos desafios daqui, dentro de um contexto nacional e internacional. Para além disso, a Bienal enquanto plataforma sugere um espaço per-

manente de reflexão, um lugar a partir do qual podemos falar de nossas formas de praticar a arquitetura e das formas de se viver em nossas cidades.

Em alinhamento com o processo desenvolvido, seu Catálogo – e sua documentação – foram concebidos como um documento em processo, em construção, desenvolvido ao longo do tempo a partir da introdução de diversas peças gráficas que se somam em uma peça única. O raciocínio por trás de seu projeto gráfico, tanto na documentação quanto nos formatos expositivos, alinhou-se com a proposta curatorial do evento: suportes que funcionam como partes – documentos-tipo – dentro de um sistema aplicado a todas as peças gráficas e de sinalização, permitindo que o todo fosse construído a partir da soma das partes, com base na lógica do objeto, articulado, escalado e replicado. Estes formatos foram traduzidos no Observatório da Bienal e nas exposições – que apresentaram os arquivos de pesquisa em diversos formatos³⁴.

Revisão Crítica e reflexões

Com base no conteúdo apresentado sobre a 11ª Bienal de Arquitetura consideramos relevante trazer algumas reflexões e revisões críticas elencadas durante e após o término do evento. A partir da realização da Bienal, foi possível notar como o desenvolvimento de um processo, tal qual o narrado anteriormente, é complexo e descolado dos modelos já evocados para Bienais de Arquitetura, que nor-

34. O núcleo de documentação e produção gráfica (Estúdio Gráfico) da Bienal foi coordenado pela arquiteta Julia Masagão, o núcleo editorial pela arquiteta Joana Barossi em colaboração com Romullo Baratto e o núcleo de expografia pela arquiteta Helena Cavalheiro. As fotografias do processo foram realizadas sobretudo pelo Fotocoletivo Dicampana, comissionado para realizar a documentação das atividades, um trabalho já realizado em sua prática na documentação do cotidiano periférico.

malmente priorizam seu espetáculo em formato expositivo em detrimento da experiência na cidade, a troca entre atores sociais e o legado de aprendizado.

Neste contexto, vale ressaltar a importância da X Bienal, realizada em 2013, como um evento que transformou a forma como a exposição vinha sendo apresentada, pela discussão trazida e pelo formato proposto. Aquela edição rompeu com a tradicional exposição sediada no Parque do Ibirapuera, fechada e limitada a um público específico, levando-a ao eixo de transporte público configurado pelo Metrô de São Paulo.

Esta abertura permitiu que a 11ª Bienal partisse de outro patamar. Iniciamos esta edição pensando que a Bienal, enquanto plataforma, poderia oferecer a oportunidade para funcionar como um espaço permanente de reflexão e crítica da prática da arquitetura. Por isso, buscamos valorizar a produção das Bienais de Arquitetura anteriores à nossa, além de sugerir tratar de outros temas, sem dúvida complementares a elas, utilizando a oportunidade para focar práticas realizadas por arquitetos e por não-arquitetos, com vistas a agenciamentos no território ainda pouco reconhecidos pelo campo, sobretudo desvelando ferramentas que fomentam a democratização do acesso ao design, com vistas à transformação e qualificação do ambiente urbano a muitas mãos.

O caminho por sua localização no território foi natural e estruturaria de maneira incremental

uma rede de atores pelo espaço metropolitano, sugerindo uma geografia própria ao evento. O ato de espalhar-se, no entanto, trazia consigo uma série de dificuldades na criação de vínculos muitas vezes inéditos, engajamento, sobretudo na construção de uma relação negociada capaz de contemplar reciprocidade e relevância mútua nas ações propostas.

O intuito em romper com o modelo tradicional expositivo trazia ainda a oportunidade de alcance de um público ampliado e diversificado, e que em grande medida desconhecia o próprio evento e papel de uma Bienal de Arquitetura. Configurava-se aí um dos maiores desafios colocados pela edição, ao convocar uma conversa entre aqueles que vivem na cidade e não centrada naqueles que tradicionalmente a desenham.

A articulação com os participantes e construtores ativos na cidade ocorria com fluidez, visto que as conversas realizadas no território e as chamadas abertas propiciaram a aproximação do evento a inúmeros atores e grupos. Embora o evento não permitisse a construção de um vínculo longo e amadurecido com ativistas, coletivos, organizações e institutos, ocorreu a formação de uma rede articulada por toda a cidade, que mais tarde fomentaria um impacto direto ao território por meio de ações e encontros. As trocas com os participantes nos evidenciou a relevância em democratizar o diálogo e o conflito, reconhecendo as diferenças existentes. Para dar voz a iden-

tidades plurais do território, foi preciso negociar durante todo o processo os conflitos insurgentes.

A Bienal revelou a necessidade de dialogarmos em diferentes línguas: aquela dos viabilizadores e aquela dos ‘fazedores’ da cidade. A parceria com o Sesc São Paulo foi imprescindível, unindo forças com um importante promotor cultural que já habitava nos espaços da metrópole, negociando as diferenças e reconhecendo conflitos há décadas. Esta parceria valorizou a visão experimental pioneira desta Bienal, como também viabilizou o alcance a públicos diversificados – não limitados ao Centro da cidade e a uma elite intelectual.

No que se refere ao caráter experimental do processo da Bienal, abrimos mão de um formato baseado em uma exposição para adotarmos outro interessado na proposição à cidade. Lidamos diretamente com situações adversas e imprevisíveis, tais como a negociação com grupos e suas ações, o alinhamento e a formação de parcerias com equipamentos culturais para a realização de exposições, a itinerância dos Satélites por toda a cidade, entre outras.

Ao abrir o evento a proposições por diversos atores, abrimos o observatório a contribuições, em sinalização ao nosso entendimento de que se somam, mas não se esgotam as formas de fazer. As chamadas abertas nos proporcionaram ampliar nosso espectro acerca das variadas formas de colaborar no espaço urbano, já registradas no

Observatório da Bienal, permitindo que qualquer cidadão propusesse sua participação no evento, dentro dos formatos previamente estabelecidos.

Entre os aprendizados levantados, apontamos o valor em reconhecer agentes locais como protagonistas da transformação no território, o que tornava possível entender o que vinha sendo realizado e como profissionais das disciplinas de projeto poderiam colaborar na construção e transformação da cidade, onde usualmente o arquiteto tem pouca participação. Ao lançar luz a diferentes formas de atuação na cidade, legitimando práticas realizadas por arquitetos e não arquitetos, buscamos entender onde e como pode ocorrer este diálogo. Neste intuito, visamos ampliar o leque de formas de colaborar por meio da profissão, evitando excluir o que já foi feito e os modos de fazer e propondo extensões às práticas existentes.

Abrimos a Bienal como um lugar para compartilhar as coisas como elas são. A participação da Ocupação 9 de Julho como um de seus espaços oficiais talvez seja um dos exemplos mais claros desta atitude. Sem fetichizar ou espetacularizar, buscamos dar visibilidade à iniciativa, dando protagonismo a estas vozes e buscando criar uma oportunidade para que o público pudesse conhecer a Ocupação e a forma como sua organização contribui para a construção de uma cidade mais humana e justa, desvelando um caminho para o cumprimento da função social da propriedade, princípio desenvolvido a partir da constituição de 1988.

Neste contexto, importa enfatizar que o arquiteto não é responsável, nem deve, por meio do desenho, buscar solucionar sozinho problemas complexos materializados na cidade. Reconhecemos um cenário, configurado por muitas situações, nas quais muitos atores colaboram e onde o arquiteto é um entre muitos colaboradores. Trata-se de uma postura profissional na qual o arquiteto não atua como um voluntário, por meio de uma perspectiva assistencialista, mas como um colaborador em uma visão “fraternal” que esboça reciprocidade e aprendizado mútuo (Thorpe; Gamman, 2011).

As Bienais de Arquitetura, por todo o mundo, apresentam mostras de conteúdo muito distintos e linhas de pensamento próprias. É isso que as fortalece enquanto eventos localizados, porém internacionais. Historicamente, podemos dizer que a Bienal de Arquitetura de São Paulo, para além de uma mostra internacional, se estabeleceu como um espaço para falar dos desafios de dentro do Brasil – de nossa arquitetura e de nossas cidades –, refletidos dentro de um contexto internacional. A 11ª Bienal reafirmou o compromisso de falar sobre seu território, fomentando trocas internacionais articuladas à exposição, onde foram apresentados projetos de todo o mundo permeados por referências de pensamentos urbanos brasileiros.

Lançamos esse projeto para falar do processo de forma experimental e aceitando as dificuldades e desafios de um processo tão complexo. Falar so-

bre o processo é falar sobre formas de negociação, sobre acertos e erros, e muito aprendizado. Não se trata de exibir belas imagens prontas, que registram momentos, mas de toda a complexidade por traz delas que com frequência a prática do projeto simplifica e achata, ou não encontra espaço para entender e desenvolver³⁵.

Um ponto comum à reflexão sobre muitas das ações realizadas e que merece destaque nesta discussão é a necessidade da escuta por parte do arquiteto. Trata-se de questionar a figura do técnico que predefine o desenho de maneira solitária e desconectada do mundo e de sua experiência, a partir de seu escritório, ou o arquiteto-herói, responsável por sanar os problemas do mundo a partir de um desenho imposto e muitas vezes descolado da realidade cotidiana. Frente a este desafio, este processo se apresenta como uma oportunidade para encontrar formas de colaboração nas práticas de desenvolvimento urbano, situando a utilidade de seu conhecimento específico dentro de um leque de saberes e de uma prática interdisciplinar.

Como apresentamos anteriormente, dentro desta perspectiva, algo comum entre muitos projetos é uma reivindicação sobre o direito e lugar de fala de grupos que, tradicionalmente, não tiveram lugar no debate sobre o projeto de cidade. Esta é uma condição urbana que, de acordo com a nossa experiência, talvez siga uma tendência internacional, mas que encontra aqui condições de

35. Cf. Latour, Hermant 1998

desenvolvimento muito peculiares, pautadas por urgências, por movimentos de resistência, pela frequente escassez de recursos destinada à qualificação e valorização da cultura urbana, assim como pelas oportunidades oferecidas pelo emprego de saberes distintos – da culinária à biologia – no desenho urbano, na transformação de lugares, pela criatividade, resiliência, tolerância do uso e ocupação em espaços onde as atividades não haviam sido previstas pelo projeto, etc.

Percebemos uma vontade crescente de participação nas decisões e construção direta de espaços, mas também nas formas de seu uso e ocupação, que transformam a experiência da vida urbana. Trata-se de uma demanda legítima e de uma forma de atuação política na micro esfera do espaço, a partir da ação direta. Este fato postula ao arquiteto demandas específicas e urgentes acerca de um desenho mais afinado com os atores que constroem o tecido social e cultural na cidade, sensível ao cotidiano e vida urbana, mas também desenhado com a participação deles, podendo ocorrer de uma série de maneiras. Um exemplo de representatividade em nossa programação foi a discussão sobre a questão de gênero na cidade, buscando pensar como outros atores poderiam contribuir para se pensar uma cidade mais equânime neste e em outros aspectos, raramente abordados no desenho urbano.

A valorização do fazer e das formas de ação daqueles que participam da construção e produção

urbana em uma cidade como São Paulo poderia ser algo absolutamente óbvio – o status quo – dentro do discurso de nossa disciplina e, sem dúvida alguma, transformado em algo urgente a se fazer. Com base nesta lacuna, levantamos uma discussão que se faz urgente, com vistas a aproximar a arquitetura de um público mais amplo: “Com quem falamos? Com quem queremos e podemos falar? Que oportunidades de projeto podem ser criadas a partir de novos diálogos para que possamos encontrar outras formas de contribuir com o espaço vivido de nossas cidades?”³⁶

Agradecimentos

Embora tenhamos escrito este artigo a quatro mãos, gostaríamos de reconhecer que o corpo de trabalho aqui apresentado resulta de um grande número de indivíduos e coletivos, como já dissemos acima. Especificamente, Joana Barossi e Romullo Baratto Fontanelle trabalharam no conteúdo editorial do evento, sendo citados acima onde esses textos foram apresentados. André Goldman, Máira Fernandes, Tiago Kinzári, Julia Masagão, Helena Cavalheiro, Martina Brusius, Letícia Rey, Luiza Strauss, Pedro Caravaca e os estudantes selecionados para estágio participaram da produção intelectual de conteúdo e/ou contribuíram para a sua formatação e devem ser aqui reconhecidos por este trabalho. Além disso, é importante reconhecer o apoio de nossos parceiros e apoiadores, sem os quais esta Bienal não teria sido possível, sobretudo o Sesc São

36. Equipe ArchDaily Brasil, Rosa, 2018.

Paulo. Ainda mais importante, os coletivos, artistas e arquitetos que participaram das chamadas abertas, e posteriormente no evento, contribuíram com o conteúdo gerado para ele. Todos os seus nomes são creditados individualmente no catálogo do evento.

Referências:

ALCOFF, Linda. An epistemology for the next revolution. In: **Transmodernity: Journal of Peripheral Cultural Production of the Luso-Hispanic World**, v. 1, n. 2, 2011, p. 67-78. Tradução: Cristina Patriota de Moura.

ANDRADE, Mário de. **O Turista Aprendiz**. Estabelecimento do texto, introdução e notas de Telê Porto Ancona Lopez. São Paulo: Duas Cidades/Secretaria de Cultura, Esportes e Tecnologia, 1976.

AUGÈ, Marc. **Non-lieux, introduction à une anthropologie de la surmodernité**. Paris: Seuil, 1992.

BARATTO, Romullo. Expedição pela borda geográfica de São Paulo abre oficialmente a 11ª Bienal de Arquitetura. 14 Set 2017. **ArchDaily Brasil**. Acessado 5 Jul 2018. <<https://www.archdaily.com.br/br/879693/expedicao-pela-borda-geografica-de-sao-paulo-abre-oficialmente-a-11a-bienal-de-arquitetura>> ISSN 0719-8906

BARDI, Lina Bo. Artefatos populares (1950s) da Coleção do Instituto Bardi / Casa de Vidro.

_____. **L'impasse del design**. L'esperienza nel Nordest del Brasile. São Paulo: Charta, Milano, 1995.

CALDAS, Zanine. **Taipa em Painéis Modulados**. Brasília, Brasil. 1985.

CAMPOS et al. **Espaços Colaterais**. Belo Horizonte: Rona Editora, 2005.

CARVALHO, Flávio de. **A Cidade do Homem Nu**. Apresentado em 28 de junho de 1930 no IV Congresso Pan-americano de Arquitetura e Urbanismo.

CASTELLS, Manuel. **The informational city: A framework for social change**. Toronto: University of Toronto, 1990.

Centers Adrift. Volume Magazine, v. 32. Amsterdam: Idea Books, 2012.

DUPUY, Gabriel. Crisis in the urban infrastructure network: the case of Buenos Aires. in: Dupuy, Gabriel, 2008, pp. 97-110. Previously published as two Chapters in: Dupuy, Gabriel, 1987, **La Crise des Réseaux d'Infrastructure: le Cas de Buenos Aires**. Paris, Latts, pp. 11-24 & 251-270. Chapters: Recherche sur Buenos Aires: La Ville et ses Réseaux & Les Réseaux d'Infrastructures et la Ville.

Equipe 11ª Bienal de Arquitetura de São Paulo. Devires do Brasil: cartografia de um imaginário

- daqui. 14 Dez 2017. In: **ArchDaily Brasil**. Acessado 5 Jul 2018. <<https://www.archdaily.com.br/br/885318/devires-do-brasil-cartografia-de-um-imaginario-daqui>> ISSN 0719-8906
- Equipe ArchDaily Brasil. Constelação de ações: Entrevista com Marcos Rosa, curador da 11ª Bienal de Arquitetura de São Paulo. 19 Jan 2018. In: **ArchDaily Brasil**. Acessado 5 Jul 2018. <<https://www.archdaily.com.br/br/887099/constelacao-de-acoes-entrevista-com-marcos-rosa-curador-da-11a-bienal-de-arquitetura-de-sao-paulo>> ISSN 0719-8906
- FAUS, Paus. New Terms for the Retired City. In: **Volume Magazine**, v. 32. Amsterdam: Idea Books, Pp. 92-97.
- FERRO, Sergio. **O canteiro e o desenho**. São Paulo: Projeto 1982.
- FRAMPTON, Kenneth. Towards a Critical Regionalism: six points for an architecture of resistance. In: FOSTER, Hal (Ed.). **The anti-aesthetic: essays on Postmodern culture**. Seattle: Bay Press, 1983. p. 16-30.
- JACQUES, Paola Berenstein. Elogio aos errantes. Breve histórico das errâncias urbanas. *Arquitextos*, São Paulo, ano 05, n. 053.04, **Vitruvius**, out. 2004 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/05.053/536>>.
- JANSON, Alban; WOLFRUM, Sophie. Kapazität. Spielraum und Prägnanz. In: **Der Architekt**, 5-6, 2006, pp. 50-54.
- GATT, Caroline; INGOLD, Tim. From Description to Correspondence: Anthropology in Real Time. In: GUN, W.; OTTO, T.; SMITH, R. C. (eds). **Design Anthropology: Theory and Practice**. London: Bloomsbury, 2013, pp. 139-158.
- LARA, F. L. Dissemination of design knowledge: evidence from 1950s' Brazil. **The Journal of Architecture**, 23:4, 694-708. 2018.
- LATOUR, Bruno; HERMANT, Emilie. **Paris Ville Invisible**. Paris. 1998.
- MAGALHÃES, Dario A. **My Dear Darcy**. Rio de Janeiro, Brazil. 1962.
- MARICATO, Ermínia. **Metrópole na Periferia do Capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- MEHROTRA, R. Negotiating the Static and Kinetic Cities. The Emergent Urbanism of Mumbai. In: **Other Cities, Other Worlds**. Urban Imaginaries in a Globalizing Age. Huyssen, A. Durham and London: Duke University Press, 2008.
- MONTANER, Josep Maria. *Arquitetura e crítica*. 2. ed. Barcelona: Gustavo Gili, 2007.

- OSMONT, Annick. **La Banque mondiale et les villes: du développement à l'ajustement.** Paris: Éditions Karthala, 1995.
- PORTO, Severiano. **Campus da Universidade do Amazonas.** Manaus, Brasil. 1973.
- ROSA, Marcos L. **Microplanejamento: Práticas Urbanas Criativas.** São Paulo: Ed. de Cultura, 2011.
- ROSA, Marcos L. **From Modern Infrastructures to Operational Networks: the Qualification of Local Space at Existing Large Scale Utility Infrastructure: a Method for Reading Community-driven Initiatives. The Case of São Paulo.** 2015, 350f. (PhD Thesis) - Universidade Técnica de Munique, Munique, 2015.
- ROSA, Marcos L.; MONTUORI, Bruna; BAROSSO, J.; BARATTO, R. **Observatório da 11ª Bienal de Arquitetura de São Paulo.** São Paulo: Meli-melo. 2018.
- ROSA, Marcos L. et al. **Catálogo da 11ª Bienal de Arquitetura de São Paulo.** São Paulo: Meli-melo. 2018.
- RUDOLFSKY, Bernard. **Architecture Without Architects.** New York: Museum of Modern Art, 1964.
- SANTOS, Carlos Nelson F. dos. **Quando a rua vira casa.** 2ª edição. Rio de Janeiro: Finep, 1981.
- SANTOS, Maria C.L. dos. **Cidades de Plástico e Papelão: o Habitat Informal dos Moradores de Rua em São Paulo, Los Angeles e Tokyo.** Tese (Livre-Docência). FAU-USP, São Paulo, 2003.
- SANTOS, Milton. **Society and Space: Social Formation as Theory and Method.** Antipode, 9/1, pp. 3-113, Jan.-Feb. 1977. In: Santos, M. **Da Totalidade ao Lugar.** São Paulo: Edusp, 2002.
- SENNETT, Richard. **The Craftsman.** Yale: Yale University Press, 2009.
- GAMMAN, L.; THORPE, A. **Design with society: why socially responsive design is good enough.** CoDesign Journal, v.7, nº 3-4, p. 152-165, 2011.
- VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil.** São Paulo: Studio Nobel, 1998.
- WIGLEY, Mark. **Network Fever.** In: **Grey Room 04,** Summer 2001, MIT, pp. 82-102, Originalmente apresentada como Aula Myriam Bellazoug Memorial, na Yale University, 12/12/2000. ■